



Antíteses

ISSN: 1984-3356

antiteses@uel.br

Universidade Estadual de Londrina  
Brasil

Capanema P. de Almeida, Sílvia  
Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de  
1910  
Antíteses, vol. 3, diciembre, 2010, pp. 90-114  
Universidade Estadual de Londrina  
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193319813009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re<sup>o</sup>dalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910**

## **Mariners' lives at the time of the first Brazilian republic: identities, bodies and leaders of the 1910 mutiny**

*Sílvia Capanema P. de Almeida<sup>1</sup>*

### RESUMO

O artigo apresenta alguns resultados da minha tese de doutorado sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910. Discuto elementos que nos permitem constituir alguns traços identitários dos marinheiros nacionais na época do levante, através das fichas de identificação do GIM (Gabinete de Identificação da Marinha) em 1908, ano de criação desse serviço. Em primeiro lugar, componho um perfil coletivo dos marujos, indicando categorias como cor, porte do bigode, idade, origem geográfica, tatuagens e marcas corporais. Em seguida, concentro minha análise nos elementos identitários e biográficos dos marujos e principais lideranças que participaram da revolta, buscando estabelecer um estudo de caráter prosopográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta da chibata. Marinheiros nacionais. Identidades. Biografias. Lideranças.

### ABSTRACT

This article presents some results of my PhD dissertation about the 1910 Sailors' revolt. Studying the records of the "Identification Service of the Navy" of 1908 - the year of this service's creation -, I discuss some elements that shaped the general traits and characteristics of Brazilian sailors at the time of the mutiny. First, I compose a collective profile of the sailors, indicating categories such as color, age, geographical origin, tattoos, scars and birthmarks, right down to facial hair styles (moustaches, beards, etc). Secondly, my analysis focusses on the identities and biographies of the mutiny's main leaders, seeking to establish a prosopographical study.

**KEY-WORDS:** The revolt of the whip. Brazilian national sailors. Identities. Biographies. Leaders.

A ideia da realização do seminário “Revolta da Chibata: 100 anos – História e Historiografia” suscitou tão logo para mim a seguinte questão<sup>2</sup>: Qual enfoque escolher para apresentar um texto num encontro precisamente voltado para o objeto da minha tese, a Revolta dos Marinheiros de 1910 ou Revolta da Chibata, como tornou-se

<sup>1</sup> Doutora em história pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, Paris. Professora na Universidade de Paris 13-Nord. Pesquisadora do CRESC EA 2356 (Centre de Recherches Espace, Sociétés, Cultures, Universidade de Paris 13).

<sup>2</sup> Seminário internacional organizado por Marco Morel, Sílvia Capanema e Tânia Bessone na Universidade do Estado do Rio de Janeiro nos dias 10 e 11 de setembro de 2010, com o apoio da Capes e da Faperj.

conhecido o levante dos marujos brasileiros depois da publicação do livro homônimo do jornalista Edmar Morel em 1959 (MOREL, 2009).

Minha tese foi defendida em dezembro de 2009 na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e intitulava-se “Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos: identidades, cidadania e memória na revolta de 1910” (ALMEIDA, 2009). Nela, demonstrei, num primeiro momento, como a Marinha de guerra se construía no Brasil no final do século XIX e início do XX, pensando em seus aspectos técnicos – equipamentos – e humanos – recrutamento. Percebi que havia, muito mais do que uma contradição entre o material e o pessoal – paradigma que caracteriza a Primeira República a partir da análise de Gilberto Freyre (FREYRE, 2000) – um relativo esforço para melhorar essas duas dimensões, através da compra de material bélico – sobretudo a encomenda do projeto naval de 1906 dos modernos navios que foram tomados pelos marinheiros rebeldes de novembro de 1910 – e da ampliação das escolas de aprendizes marinheiros espalhadas por todo o país e vistas como “o principal viveiro da Armada nacional”, segundo a visão de alguns oficiais (DIAS, 1910). No entanto, esse esforço apontava também inúmeras contradições nos dois campos e anunciava uma modernidade incompleta (ALMEIDA, 2010).

A segunda preocupação da minha tese consistia em responder às questões: quem eram os marujos que se rebelaram e como eles viviam? Estabeleci assim um perfil coletivo de marinheiros e soldados navais a partir dos dados que encontrei nos arquivos e também tentei entender a forma como trabalhavam, comiam, adoeciam, eram punidos e amavam. Percebi que eles tinham origens e traços identitários comuns e assumiam, aos poucos, a identidade de marinheiro nacional. Em um terceiro momento, me concentrei precisamente no levante, um acontecimento no sentido histórico, reconstituindo os seus fatos, mas também buscando compreender as razões e reivindicações dos marujos e as histórias de vida das principais lideranças. Como todo acontecimento, era importante entender sua gênese, mas também sua recepção pela imprensa e sua memória durante todo o século XX e início do XXI, quando a revolta entra para a historiografia e para a memória nacional.

O que pretendo apresentar neste artigo, numa tentativa de evidenciar ao máximo as biografias coletivas dos marujos, é uma mistura e uma síntese destas duas últimas partes da minha tese, apresentando as categorias de identificação dos marujos, alguns elementos relativos ao uso do corpo e os dados na Marinha de alguns líderes.

## Dados de Identificação de Marujos: um Perfil Coletivo

Meu ponto de partida para a identificação dos marinheiros foi uma documentação que encontrei no antigo SDM (Serviço de Documentação da Marinha) – hoje DPHDM (diretoria do patrimônio histórico da Marinha)<sup>3</sup>. Trata-se das fichas de identificação dos marinheiros, conservadas nesse serviço, criado em 1908 sob a denominação de GIM (Gabinete de Identificação da Marinha), cujo objetivo era identificar soldados navais, marinheiros, oficiais e civis assemelhados<sup>4</sup>. Em 1921, o GIM passa a chamar-se SIM (Serviço de Documentação da Marinha) e a encarregar-se da identificação da integralidade do pessoal da Marinha. Assim, ao Gabinete de Identificação da Armada competia:

proceder a identificação de todos os indivíduos que se destinarem ao serviço da Marinha de guerra e fornecer [...] a individual datiloscópica e as demais informações necessárias dos desertores da Armada, a fim de serem requisitadas as capturas dos mesmos, devendo constar a identificação da filiação morfológica e exame descritivo, notas cromáticas, traços característicos, marcas e sinais particulares, cicatrizes e tatuagens na vida ordinária e anomalias congênicas, acidentais ou adquiridas, e ainda as impressões das linhas papilares das extremidades digitais [...] Ao oficial encarregado do gabinete, incumbe [...] a manutenção de estreitas relações com o Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal e com as repartições congêneres do interior...<sup>5</sup>

O Gabinete de Identificação da Marinha teve, no entanto, sua função ampliada para além do controle interno. A identificação iria servir também para o serviço de pensões e reservas, bem como para a constituição de documentos de identificação úteis na vida civil. Era comum que as fichas servissem para identificações posteriores, quando o ex-militar voltava ao serviço para fazer uma carteira de identidade ou antes de ter baixa ou se aposentar, anexando, muitas vezes, fotografias.

Analisei 250 fichas de marinheiros nacionais e 100 identificações de soldados navais, o que corresponde a aproximadamente um terço e metade dos indivíduos identificados nesse primeiro ano respectivamente (BRASIL, 1908, p. 37)<sup>6</sup>. Cada livro contém 250 páginas e o mesmo número de identificações. Todavia, nem todos os indivíduos foram identificados. Os próprios líderes de 1910 não deixaram traços de sua passagem pelo GIM.

---

<sup>3</sup> Agradeço aqui coletivamente aos funcionários desse serviço de documentação e, em particular, ao civil José Antônio Araújo Alves.

<sup>4</sup> O GIM foi criado pelo aviso 312 de 21 de janeiro de 1908.

<sup>5</sup> Aviso 0853, 25 de fevereiro de 1908, anexo ao Relatório do Ministro da Marinha de 1908.

<sup>6</sup> Segundo o Relatório do Ministro da Marinha (a partir de agora, RMM), somente 750 marinheiros e 207 soldados navais foram identificados nesse ano.

## A Cor e a Raça dos Marujos em 1908

Um dos elementos que mais nos interessa refere-se aos registros de cor dessas populações. Os dados encontrados são os seguintes:

**Quadro 1-** Classificação de cor dos membros do Corpo de Marinheiros Nacionais (1908)

<b>Cor</b>	<b>Número de identificações</b>	<b>Porcentagem</b>
Parda	141	56,4%
Branca	50	20%
Preta	29	11,6%
Morena	26	10,4%
“Branco corado”	3	1,2%
Parda Clara	1	0,40%
Total	250	100%

**Fonte:** Gabinete de Identificação da Marinha (1908)

Tendo em vista os dados acima, o que chama nossa atenção em primeiro lugar é o grande número de indivíduos identificados como pardos, em detrimento dos identificados como de "cor preta", em terceira posição. Torna-se, portanto, importante pensar nos sentidos dessas categorias. Estudos mostram que, nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição, os termos “preto” e “pardo” aparecem nos registros como formas que mais dizem respeito ao contexto e representações sociais num determinado espaço e momento do que à tipologia racial propriamente dita (MATTOS, 1998). Assim, são termos que deslizam conforme as situações. O termo “pardo”, antes de significar algum grau de mestiçagem, representava uma relativização quanto à origem do cativo ou, muitas vezes, era empregado como uma forma de eufemismo.

Na Marinha de 1908, não podemos dizer que o mecanismo em vigor era exatamente o mesmo. Quem se responsabilizava pelos registros era um oficial, que devia ser auxiliado por outros oficiais, suboficiais ou funcionários próximos ao gabinete de identificação. No entanto, percebe-se que havia também uma certa mobilidade quanto ao uso de alguns termos. Um mesmo indivíduo podia ser enquadrado como de cor “preta”, num primeiro momento, e aparecer como “pardo”, numa segunda identificação. O termo pardo também aparece como descrição da cor de marinheiros de aparência bem diferente em diversos casos.

Interessante também é confrontar essas porcentagens com as sugeridas em 1911 por um oficial da Armada, provavelmente o tenente Macedo Soares, em publicação clandestina intitulada *Política Versus Marinha*<sup>7</sup>. Segundo ele, a população dos praças em 1910 era: “50% são negros, 30% mulatos, 10% caboclos, 10% brancos ou quase brancos”.

Porém, a partir da amostragem do GIM, podemos inferir que, no que concerne aos marinheiros nacionais, 68% eram de cor “preta” ou “parda”, quer dizer, eram “não brancos”. Esses números confirmam a maioria de “negros” e “mulatos” mencionados pelo tenente Macedo Soares em 1911, porém, eles seriam inferiores aos 80% mencionados de forma indicativa por esse oficial da Marinha. Os dados do GIM revelam também a presença de um contingente de indivíduos identificados como “brancos” aproximadamente duas vezes superior aos dados de Macedo Soares (cerca de 20%, contra 10% contabilizados no livro), enquanto o número de marujos de cor “preta” seria bastante inferior ao sugerido por esse mesmo autor (11,6%, ao invés de 50%). Além disso, os termos usados diferem. No lugar do termo corrente mas muito conotado “mulato” usado pelo tenente da Marinha, as fichas do GIM optam pelos termos de cor “preta” ou “parda”, a exemplo dos censos da época, que usavam também “caboclo” em referência à origem indígena (LIMA, 2003, p. 119-121).

Todavia, os “caboclos” mencionados pelo oficial não aparecem nas categorias da Marinha em nossa amostragem, mas tudo indica que estariam compreendidos entre os “pardos” ou “morenos”, designando, também, os descendentes de índios.

### **Para Além da Cor: Outros Elementos de Identificação de Marujos e Soldados**

Além de majoritariamente identificados como não-brancos, os praças estudados eram quase todos solteiros em 1908 (97,5% do total dos dois grupos). Quanto à faixa etária, a população de marinheiros nacionais compreendida no recorte contava entre 14 anos (3 marinheiros) e 38 anos (1 praça) em 1908. A maior parte (74%) tinha entre 17 e 22 anos, sendo que 67% dos homens tinham menos de 20 anos, ou seja, teriam nascido após a abolição de 1888.

No que se refere às origens geográficas dos marujos, observamos o seguinte em síntese: A maior parte dos marinheiros (93,2%) vinham de Estados onde havia uma

<sup>7</sup> Álvaro Pereira do Nascimento identifica o autor anônimo como o oficial José Eduardo de Macedo Soares (NASCIMENTO, 2008). O trabalho do oficial foi publicado em Paris e proibido de circular no Brasil. Trata-se da primeira publicação sobre a revolta dos marinheiros de 1910. A abordagem critica o tratamento dado pelo governo à Marinha e também explica a revolta a partir de um olhar determinista e inspirado no darwinismo social (SOARES, 1911).

escola de aprendizes<sup>8</sup>. Interessante perceber que 65,6% desses marinheiros vinham do Norte ou Nordeste (22% somente de Pernambuco), 16,4% dos outros Estados e 15,2% da capital federal ou do Estado do Rio. A maioria desses homens perdia os vínculos que tinham em seus locais de origem e deviam estabelecer, no Rio de Janeiro, novas ligações no interior da própria Marinha, a exemplo do observado pelo historiador Sidney Chaloub (2001) sobre o meio dos estivadores e outros trabalhadores no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX.

Podemos concluir esta parte da reflexão investigando um pouco sobre o “histórico” desses praças e suas relações com a polícia. As ocorrências são minoritárias: para um total de 250 fichas, apenas 5 tinham indicada alguma passagem pela polícia e as principais causas desses antecedentes eram os artigos 399 a 404 do Código Penal de 1890, que previam as contravenções de “vagabundagem, vadiagem, mendicância e capoeiragem” (BRASIL, 1890).

Um exemplo é o caso de um marinheiro nacional, solteiro, contando 19 anos, natural do Estado do Rio, sem instrução e profissão, sem domicílio, de cor preta, que passou pela polícia duas vezes segundo sua ficha. Em 5 de setembro de 1907, foi detido por “vadiagem” e, pouco depois, em 26 de outubro do mesmo ano, foi novamente preso por embriaguez, quando forneceu às autoridades um nome falso. Talvez essa segunda prisão tenha sido a “gota d’água” e, como não sabia dizer onde morava e em que trabalhava, foi rapidamente enviado para a Marinha e identificado pelo GIM em março de 1908 (Registro 8, L1, MN, 1908).

Havia portanto uma relação de colaboração em dois sentidos entre os serviços policiais e militares: 1) Para enquadrar pequenos delinquentes nas forças armadas, segundo a moral dominante da época – mesmo que isso se restringisse só a uma pequena parte do recrutamento da Marinha, já que as escolas de aprendizes eram as maiores responsáveis pela aquisição de novos braços, como dito ; 2) E para fornecer dados sobre o passado “criminal” dos marujos, evitar nomes falsos, reprimir a deserção e orientar os oficiais no caso de promoções.

Alguns desses marinheiros e soldados que escolhessem ficar na instituição podiam, no período estudado, realizar pequenas ascensões. Para isso, bastava ser disciplinado e estabelecer boas relações com os colegas e com os superiores. Saber ler e escrever também costumava ser um mérito. Um praça entrava como grumete (no Corpo de Marinheiros Nacionais) e passava a marinheiro de segunda classe e de primeira

---

<sup>8</sup> Em 1907, as Escolas de Aprendizes Marinheiros distribuíam-se nos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (BRASIL, 1911, p. 48).

classe bastante rapidamente. Alguns chegavam também a cabo. Depois, poucos podiam tornar-se mestres, 2º. sargentos, 1º. sargentos e até tenentes.

Nos arquivos do GIM encontrei três casos de praças que teriam chegado ao grau de tenente, num total de 200 fichas estudadas para os corpos de Marinheiros Nacionais e Batalhão Naval. Desses, dois eram brancos e pertencentes ao corpo de marinheiros, mas um foi identificado como de cor preta, sendo, por sua vez, do Batalhão Naval (Registros 21 e 51 do L1, MN; e 62 do L1, BN, 1908). Dentre os marinheiros que chegaram ao posto de sargento, há duas ocorrências registradas, sendo um considerado como de cor preta e outro indicado como pardo (Referências 5 e 97, L1, MN, 1908). São apenas exemplos que nos permitem esboçar uma hipótese: se os postos mais altos não estavam fechados para os soldados e marujos classificados de cor negra ou parda, eles eram, no entanto, mais acessíveis para os de cor branca, tendo em vista seu menor número geral e sua presença significativa no meio dos praças que tiveram promoções<sup>9</sup>.

### **O Corpo do Marinheiro: Bigode e Tatuagens, Signos de Masculinidade e Meio Profissional**

As fichas do GIM nos permitem também explorar outras dimensões das identidades dos marinheiros, como o uso do corpo e sua relação com a masculinidade. A Marinha brasileira do início do século XX reunia um grande número de homens jovens e solteiros que viviam na instituição um momento de passagem entre a infância, adolescência e idade adulta. Dessa forma, somente o desligamento da Armada ou a conclusão do tempo de serviço – que era de 15 anos para os originários das escolas de aprendizes, 10 anos para os voluntários, 5 anos para os engajados e 3 anos para os sorteados (segundo o decreto 7124 de 24/09/1908) – podiam significar o início da construção de uma vida de família, como é o caso de João Cândido, que se casou três vezes e teve 11 filhos, mas também de seu contemporâneo, o marujo Adalberto Ferreira Ribas, que também se casou após seu desligamento da Marinha e teve 8 descendentes, como veremos adiante. O tempo passado na Marinha correspondia, portanto aos anos de vida de solteiro do marinheiro e podiam significar a disputa pela afirmação da masculinidade.

Tornar-se um homem na Marinha implicava certos hábitos. O jogo, o álcool, o fumo, a relação com prostitutas, as brigas ou até mesmo as formas de insubordinação podiam significar gestos de afirmação da virilidade (SOHN, 2009). Além disso, em um

---

<sup>9</sup> Outros trabalhos também assinalam a existência do preconceito racial na seleção de entrada ou nas promoções na Marinha brasileira ao longo da primeira metade do século XX. (NASCIMENTO (2007; GUIMARÃES, 2007).



mundo institucional – onde o corpo se torna portador último da subjetividade – a força física, as relações de poder, a possibilidade de ter uma promoção, dentre outros aspectos, podiam representar momentos de afirmação dessa masculinidade. Certos traços físicos, como os pelos, o bigode e a barba podiam evocar, por um lado, o acesso à idade adulta e, por outro lado, o fato de ser reconhecido como homem viril (SOHN, 2009, p. 28).

Na Marinha do Brasil, em 1908, segundo os dados da amostra do GIM, uma boa parte dos marujos tinha alguma forma de bigode, como demonstra o quadro seguinte:

**Quadro 2-** Dados de identificação dos marinheiros quanto ao uso do bigode

<b>Tipo de bigode</b>	<b>Marinheiros</b>	<b>Porcentagem</b>
Buço	112	44,80%
Imberbe	78	31,20%
Castanho	20	8,00%
Sem informação	15	6,00%
Preto	9	3,60%
Pequeno (Preto, castanho ou ruivo)	7	2,80%
Sem bigode ou bigode raspado	6	2,40%
Loiro	3	1,20%
TOTAL	250	100,00%

**Fonte:** SDM, GIM, MN, L1, 1908.

A partir desses elementos, constatamos que a maior parte das pessoas identificadas tinham pelos no lábio superior, quer um “buço” (112 ou 44,8% dos indivíduos), quer um bigode mais caracterizado e identificado pela cor – castanho, preto ou loiro (32 marinheiros ao total, ou 12,8%), quer um bigode pequeno (7 marujos, ou 2,8%). Esse porte do bigode, mesmo que de forma discreta (um buçozinho), poderia estar relacionado com a maturidade masculina. A quase totalidade dos marujos imberbes, ou seja, 77 indivíduos ou 98,71%, tinha menos de 19 anos, enquanto a grande maioria dos marinheiros que tinham um bigode bem visível e identificado pela cor (90,6% ou 29 para um total de 32) contavam mais de 20 anos.

A produção iconográfica relativa à revolta dos marinheiros nos sugere ainda outras possibilidades de análise. Nas imagens, muitos são os marinheiros que não

possuem bigode. A relação entre o uso do bigode e a idade do marujo é visível, mas talvez este não seja o único elemento explicativo.

Nos anos 1910, a maior parte dos homens maduros e respeitáveis deveria ter um bigode (FREYRE, 2000). Este é o caso do capitão Batista das Neves, comandante do *Minas Gerais* e morto em disputa com os marujos na noite da tomada de poder na revolta (abaixo, à direita) e do capitão e deputado José Carlos de Carvalho (abaixo, à esquerda), emissário enviado pelo Congresso para negociar com os marujos rebeldes, como podemos ver nas fotos seguintes publicadas em diferentes órgãos de imprensa da época:

**Figura 1-** Capitão e Deputado José Carlos de Carvalho



**Fonte:** *O Malho*, 3/12/1910.

**Figura 2-** Capitão Batista das Neves



Dentre as lideranças de 1910, dois tinham um bigode bem definido, o marinheiro André Avelino, que contava entre 25 e 26 anos, e João Cândido, 30 anos, como nos mostram as fotografias publicadas na imprensa da época e reproduzidas abaixo. Na primeira, vemos os marujos do *São Paulo*, André Avelino (o terceiro da esquerda para a direita), que exhibe seu bigode, e Manoel Gregório do Nascimento, 22 anos (o quinto partindo da esquerda), que não possui bigode visível, como a maior parte dos colegas. Na segunda, vemos um detalhe do busto de João Cândido, de bigode, que lê o decreto de anistia. Os bigodes de João Cândido e de André Avelino, além da cor da pele, foram um dos elementos responsáveis por confusões iconográficas entre os dois, como no caso da capa do livro de testemunhos organizado pelo Museu da Imagem e do Som em 1999, que publica a foto abaixo de André Avelino como se fosse João Cândido, como bem apontou o historiador Marco Morel (2009).

**Figura 3-** fotografias publicadas na imprensa da época



**Fonte:** *Correio da Manhã*, 28/11/1910.

**Figura 4-** Fotografia publicada na imprensa da época



**Fonte:** *Careta*, 03/12/1910.

Zeelândia Cândido, a sexta filha de João Cândido, contava que os oficiais da Marinha pediam a seu pai para tirar o bigode, mas ele preferia guardá-lo, alegando que não era uma falta disciplinar (ALMEIDA, 2009). Essa exigência dos oficiais revela, através de uma tentativa de uniformização típica nesse tipo de instituição, que era importante, para os oficiais, manter uma fronteira entre os homens que tinham bigode – em lugar de prestígio – e os que não tinham – inferiorizados.

Isso se reproduz também nas representações. Na maior parte das caricaturas dos marujos de 1910, eles são representados imberbes, apesar de seu principal líder, bastante exposto nos meios de comunicação no momento, ser identificado pelo bigode. Este é o caso da caricatura seguinte, uma propaganda dos relógios Royal (“sempre os primeiros”, segundo a legenda), na qual vemos um marujo, sem bigode, conversar com um jornalista, bigodudo. Ao jornalista é concedido, no imaginário, um lugar de respeitabilidade, mas não ao marinheiro. O bigode era, logo, não somente um signo de

maturidade e de virilidade masculina, mas ainda um distintivo de lugares sociais e um símbolo hierárquico.

**Figura 5-** Caricatura de um marujo, sem bigode, e um jornalista, bigodudo.



**Fonte:** *O Malho*, 03/12/1910.

Além do porte do bigode, os documentos do GIM nos oferecem também outras surpresas: na preocupação de fichar indivíduos e de fornecer o máximo de dados sobre seus corpos para auxiliar nas identificações, os agentes do serviço registraram informações sobre as tatuagens e outras marcas corporais dos marinheiros, reproduzindo, por vezes, iconograficamente os signos desenhados. Em termos quantitativos, podemos dizer que, no primeiro livro de Marinheiros Nacionais, 13 registros (5,2% das 250 fichas) indicam que o marinheiro apresentava alguma tatuagem, contra 11 dentre os soldados navais (11% de 100 fichas analisadas).

Em alguns casos, os identificadores marcavam “tatuagem ilegível”, mas, no geral, os desenhos tatuados podiam se enquadrar em quatro grupos: representação de iniciais ou de nomes de pessoas – geralmente, nomes femininos ou iniciais dos próprios marinheiros; símbolos típicos ao universo da Marinha (como âncoras); símbolos exteriores ao universo naval que conotavam relação de amor ou amizade (como corações cortados e mãos entrelaçadas); símbolos exteriores à Marinha e contendo outros significados (como estrelas, os cinco pontos ou “cinco chagas”, ramos, animais e crucifixos). Alguns sujeitos podiam ter tatuagens de símbolos combinados, por exemplo, corações cortados e iniciais<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Um texto de João do Rio nos revela bastante sobre essa prática da tatuagem no Rio de Janeiro do início do século XX (RIO, 2005, p. 100-112). Segundo ele, muitos símbolos, como desenhos religiosos, mudavam de sentido e serviam para identificar novos grupos. O “corpo marcado” relacionava-se ainda com as classes populares ou “perigosas” e o olhar policial estava atento a isso. Ver também o estudo do professor Lacassagne (2004, p. 38), médico que realizou uma enquête nos anos 1880-1910 sobre as tatuagens de prostitutas, prisioneiros, soldados e marinheiros franceses, que relata a existência de desenhos e práticas similares no continente europeu.

Esses elementos, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo, quanto no que se refere à disposição geométrica dos símbolos, em muito se aproximam dos desenhos bordados por João Cândido nas duas toalhas encontradas pelo historiador José Murilo de Carvalho e conservadas no museu de Arte Regional de São João Del Rey, para onde teriam sido levadas por um antigo sargento da cidade que teria feito amizade com João Cândido quando detido no presídio da Ilha das Cobras, no início de 1911 (CARVALHO, 1998).

Nos bordados, há toda uma representação simbólica compartilhada por marinheiros. Em uma primeira toalha intitulada “Adeus do Marujo” (abaixo), há uma âncora com ramos cortada por duas mãos, uma com manga de oficial e a outra de marinheiro, que se cumprimentam. Encontram-se também escritas a palavra “ordem” e “liberdade”, além das iniciais J.C.F. (João Cândido Felisberto) e F. D. Martins (Francisco Dias), além da data de XXII de novembro de MCMX<sup>11</sup>.

**Figura 6-** Toalha bordada intitulada “Adeus do Marujo”.



**Fonte:** Carvalho (2006, p. 28)

A outra toalha apresenta duas pombas que trazem pelo bico uma faixa com a palavra “amor”. Abaixo, há um coração ensanguentado atravessado por uma espada. Dos lados do coração, há flores, borboletas e um beija-flor.

<sup>11</sup> Lembramos aqui que, em uma fotografia publicada por diferentes órgãos de imprensa da época e que veremos mais adiante neste artigo, reconhecemos o marinheiro Francisco Dias Martins, comandante do *Bahia* durante a revolta, portando uma faixa com os dizeres “ordem e liberdade”, modificando assim o emblema republicano. A noção de ordem evocava a ordem militar que os marujos conheciam e respeitavam e “liberdade” relacionava-se às demandas de respeito à integridade física, direito primeiro do cidadão livre, embutido na exigência de supressão dos castigos corporais na Marinha (ALMEIDA, 2009).

Sem pretender indagar aqui os significados específicos dos bordados para a vida pessoal de João Cândido, podemos afirmar que esses desenhos representam a iconografia que o marujo teria conhecido na Marinha, representações típicas do meio em que vivia. Âncoras, corações partidos, iniciais, ramos e mãos entrelaçadas são símbolos compartilhados pelos marinheiros brasileiros e estrangeiros e gravados em suas tatuagens nesse período. Construía-se assim uma experiência e uma produção de sentido coletiva, e a profissão de marinheiro e de soldado naval era uma das identidades que esses homens reivindicavam para si.

### **A Vida de João Cândido na Marinha de Guerra brasileira**

Uma documentação que pode ser cruzada com a análise das fichas de identificação são as cadernetas registro, ou livro de socorros, que resumem o histórico do militar na Marinha, apontando dados como suas viagens, promoções, elogios por boa conduta e punições. Essas cadernetas subsidiárias podem ser encontradas anexas aos processos do tribunal militar contidos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como o processo de 1912, que visava estudar a participação dos rebeldes de novembro de 1910 na revolta do batalhão naval de dezembro do mesmo ano<sup>12</sup>. De maneira geral, os marujos oscilavam entre períodos de bom comportamento, com elogios, e períodos de mau comportamento, em geral brigas e indisciplina, seguidos de punições, como podemos concluir a partir da leitura das cadernetas dos 10 presentes a esse julgamento, dentre outras.

O marinheiro João Cândido, que tinha 30 anos em novembro de 1910, era o mais velho dentre os colegas acusados e provavelmente um dos mais velhos no Corpo de Marinheiros Nacionais, como vimos anteriormente. Segundo sua caderneta subsidiária, ele se inscreveu como grumete no dia 10 de dezembro de 1985 a bordo do navio *Andrada*<sup>13</sup>. Em junho de 1898, foi promovido a segunda classe. Em outubro de 1898, foi novamente punido com 3 dias de solitária porque tinha se envolvido em uma “luta corporal” com um colega. Em outubro de 1900, foi enviado à Argentina e, entre 13 de novembro e 5 de janeiro de 1901, foi internado no hospital militar. No mesmo ano, foi promovido a primeira classe e recebeu uma gratificação de meio soldo por ter completado 5 anos de serviço.

---

<sup>12</sup> AN, Supremo Tribunal Militar. Processo “João Cândido e Outros”. Série Judiciária, Subsérie: Processo Crime, 1913, BW 2847 (3 volumes).

<sup>13</sup> Os dados sobre a vida de João Cândido na Marinha citados neste artigo encontram-se na sua caderneta subsidiária anexa ao processo do Tribunal Militar aberto contra os marinheiros em 1912: AN, “Da caderneta subsidiária do livro de socorros pertencente ao Marinheiro Nacional da 16<sup>a</sup>. Compa. 1<sup>a</sup>. Classe no. 85 João Cândido”, In : AN, Supremo Tribunal Militar, “Processo João Cândido e Outros”, *op. cit.*, f. 344-356.

Entre dezembro de 1902 e fevereiro de 1903, foi internado por tuberculose. Em março de 1903, foi promovido a cabo e, em 1904, viaja pela América do Sul. Em fevereiro de 1905, é trancado na solitária por dois dias por ter introduzido um baralho a bordo. Em janeiro de 1906, cumpriu seu tempo de serviço, mas reengajou-se por mais 3 anos como cabo no navio *Benjamin Constant*. No dia 7 de julho do mesmo ano, foi rebaixado a primeira classe por 60 dias por ter introduzido cachaça a bordo.

Após uma longa viagem pela Europa, em 1907, foi novamente rebaixado a primeira classe por tempo não determinado, enquanto no dia 5 de outubro, a bordo do navio-escola *Primeiro de Março*, foi elogiado publicamente pelo ministro da Marinha por sua “dedicação e patriotismo no cumprimento das tradições da Marinha Nacional.” Depois de várias notas elogiosas sobre seu bom comportamento, foi punido novamente em 1909 com três dias de solitária por ter agredido um camarada com um pedaço de pau. Em 1909, reengajou-se mais uma vez e chegou a Newcastle, na Inglaterra, em outubro, a bordo do *Benjamin Constant*. Teve comportamento exemplar por vários meses, como anotado em sua caderneta. Volta ao Brasil a bordo do *Minas Gerais*, chegando ao Rio de Janeiro em abril de 1910.

As últimas notas na sua caderneta dizem respeito à sua anistia (decreto 2280 de 25 de novembro de 1910) e exclusão do Corpo de Marinheiros Nacionais no dia 16 de dezembro. Porém, no mesmo dia, um registro diz que sua exclusão tinha sido retirada e que ele fora anistiado. Essas informações nos ajudam a reconstituir um pouco a sua passagem pela Marinha brasileira. João Cândido não somente cumpriu seus 10 anos de serviço na Marinha (entre dezembro de 1895 e janeiro de 1906), como também pediu para se realistar por duas vezes (em 1906 e 1909). Esses reengajamentos nos permitem pensar que ele tinha escolhido voluntariamente continuar na Marinha. Em suas memórias, publicadas em janeiro de 1913 na *Gazeta de Notícias* pelo cronista João do Rio – e recém publicadas na íntegra na nova edição do clássico *A Revolta da Chibata* (MOREL, 2009), ele escreveu, sobre o período anterior a seu primeiro reengajamento:

Estava por sete meses a minha baixa. Todos os dias, trabalhando ou debruçado das amarras do meu navio, às horas de folga, ficava a pensar longamente sobre o que me restava a fazer, chegada a hora em que devia deixar a vida, levada, desde muito tempo, com tantos sonhos e tristes decepções. [...] Não, o Brasil há de vencer! Muito breve ele virá a ser o poderoso, respeitado, sem receio de ataques à sua liberdade... Ficarei, não me afastarei da sua Armada, cujo futuro há de ser de muitas glórias. E, depois de alguns dias de ligeira e aborrecida separação dos meus camaradas e dos meus queridos navios, a 9 de janeiro de 1906, eu estava, de novo, cheio de fé e alegria.” (“Memórias de João Cândido, o marinheiro”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1912).

João Cândido tinha uma relação de amor e ódio, de satisfação e de decepções com a Marinha, mas sentia que sua profissão de marinheiro era de qualquer forma um



dever. Dentre as boas lembranças da Marinha, João Cândido cita em suas memórias as viagens internacionais, a alegria de conhecer a Inglaterra e a França.

Essa experiência na Marinha, sua idade mais madura e sua personalidade plural foram elementos que favoreceram a sua escolha como líder da revolta. João Cândido era bem visto por alguns oficiais, como o próprio Alexandrino de Alencar, que o recrutou para a Marinha junto à sua família em Rio Pardo, com a qual estabelecia uma relação de proteção. Ao mesmo tempo, ele tinha proximidade com os grupos de marinheiros, por ter permanecido na Marinha por longos anos, por ter viajado, participado de formações e missões, por ter conhecido punições e promoções. De certa forma, equivalia-se a uma espécie de “homem passagem”, que se encontrava no meio de diferentes extremos: entre diferentes gerações, entre diferentes grupos de marinheiros, os mais próximos dos oficiais e os de mau comportamento.

Mas uma outra dimensão da sua personalidade deve ainda ser considerada. João Cândido demonstrou por diversas vezes ter interesse pela leitura em geral e pela imprensa em particular, como podemos perceber em seu testemunho dado a Edmar Morel, no depoimento de seus familiares, em fotos e textos publicados na imprensa, em sua ficha no hospital dos alienados em 1911 (ALMEIDA, 2009), como também corrobora a análise do historiador Marco Morel (MOREL, 2009, p. 285-290). Durante a revolta, um dos retratos mais divulgados do líder mostra-o em plena leitura do decreto de anistia publicado no *Diário Oficial*, como vemos na fotografia seguinte que aparece na revista *Fon-Fon* no dia 03/12/1910.

**Figura 7-** Leitura do decreto de anistia



**Fonte:** *Fon-Fon*, 03/12/1910



Nessa imagem, percebemos a figura de um líder consciente, que sabe ler e que acompanha as atitudes do poder público. Ao seu lado, vemos um outro marinheiro, mais jovem e identificado como seu secretário. As fontes da época não nos possibilitam encontrar com exatidão a identidade desse outro marujo: seria ele o marinheiro segunda classe João Batista Marques Pimentel, identificado por João Cândido como seu assistente em suas “Memórias”? Ou seria ele Antônio Ferreira de Andrade, identificado por João Cândido como seu secretário na mesma fonte? São apenas hipóteses.

### **Outros Protagonistas de 1910**

Francisco Dias Martins foi o comandante do scout *Bahia* durante a revolta. Visto como branco ou caboclo, nasceu em 1888 no Ceará. Vinha de uma família bem constituída e tinha uma situação econômica um pouco mais confortável do que a maior parte de seus colegas. Contava 22 anos na época da revolta, foi praça da Marinha entre 1906 e 1910 e é com frequência apontado como o “mentor intelectual” do levante, bem como o redator das notas assinadas por “Mão Negra” nas viagens do navio ao Chile pouco antes da movimento e do manifesto dos marinheiros (MARTINS, 1988). No entanto, uma descoberta recente nos permite questionar essa autoria ou relativizar seu papel como redator oficial e exclusivo das comunicações do levante, como veremos a seguir. Dias Martins tinha sem dúvida bom nível intelectual, uma vez que chegou aos estudos secundários, foi presidente de uma associação literária dos marujos do *Bahia* e ocupava o posto de orador dos marinheiros desse navio na ocasião de festas e eventos públicos, segundo apurou Morel (2009, p. 100). Para Edmar Morel, Dias Martins era o cérebro da revolta, enquanto João Cândido seria a ação.

Conforme a caderneta subsidiária do marujo<sup>14</sup>, em menos de um ano foi promovido de grumete a primeira classe e trabalhou como instrutor da escola de aprendizes do Ceará entre 1907 e 1908. Também foi detido e perdeu seu posto de instrutor após ter assistido sem reagir ao espancamento de um de seus alunos. Em 1908, ele próprio bateu em um aluno na Escola de aprendizes do Piauí e foi demitido do seu posto e preso por alguns dias. Foi instrutor da Escola Naval do Rio e recebeu elogios em razão de seu bom comportamento, disciplina, dedicação, boa apresentação, coragem e correção. Depois da revolta de novembro, pediu seu desligamento da Marinha e foi trabalhar num estabelecimento de comércio. Todavia, mesmo licenciado, foi detido depois da revolta do Batalhão Naval e escapou por pouco da morte por

---

<sup>14</sup> AN, “Da caderneta subsidiária do livro de socorros pertencente ao Marinheiro Nacional da 10<sup>a</sup>. Compa. 1<sup>a</sup>. Classe Francisco Dias Martins”, AN, Supremo Tribunal Militar, Processo “João Cândido e outros”.

desidratação numa das celas da Ilha das Cobras. Ficou 2 anos preso esperando pelo julgamento do Tribunal Militar. Durante sua estadia na prisão, também pediu para ter acesso à leitura e demonstrou bom comportamento. Sua mãe, Francisca Dias Martins, e sua irmã, Josefina Dias Martins, vieram do interior do Ceará para assistir ao processo do Tribunal Militar em 1912<sup>15</sup>.

Seu nome retornou aos jornais em 1916, acusado pela polícia de participar, junto com o deputado Maurício de Lacerda e o líder operário Agripino Nazareth, de uma conspiração contra o governo a favor da criação do Parlamentarismo no Brasil<sup>16</sup>. Uma das propostas desse outro movimento era a reintegração na Marinha dos rebeldes de 1910 (MOREL, 2009, p. 70-71, nota 2). Segundo Edmar Morel (2009, p. 256), João Cândido e Dias Martins continuaram amigos até a morte deste último, em 1946<sup>17</sup>.

O comandante rebelde do encouraçado *São Paulo* também se apresentou ao processo de 1912. Manoel Gregório do Nascimento nasceu em 1888 no Estado de Alagoas e entrou na Marinha como grumete em 1901, ou seja, com 13 anos. Em 1902, ele foi alistado no cruzador *Barroso* e viajou pela Argentina e pelo Uruguai. No seu registro, consta que era músico de primeira classe. Em 1904, foi transferido para o *Benjamin Constant*, navio que o levou até à Europa (o mesmo navio de João Cândido). Na ficha, consta que foi punido em agosto do mesmo ano com 4 dias de solitária a pão e água porque teria cortado com um barbeador os nós da maca de um colega<sup>18</sup>. Em 1907, foi promovido a primeira classe e em julho foi incluído na companhia correcional. Depois, foi elogiado em outras ocasiões e viajou duas outras vezes à Europa, participando também de uma viagem de circum-navegação pela Ásia. Também ficou preso durante dois anos depois da revolta esperando pelo julgamento de dezembro de 1912. Quando liberado, tornou-se um dos empregados de Hermes da Fonseca. João Cândido contou a Edmar Morel que Gregório do Nascimento teria se tornado mais tarde agente da polícia de Vargas e trabalhado no DOPS (MOREL, 2009). O busto abaixo é a principal imagem de Gregório do Nascimento que foi divulgada pela imprensa.

<sup>15</sup> *Gazeta de Notícias*, 31/12/1912, p. 1.

<sup>16</sup> “A Conspiração”. *Correio da Manhã*, 08/04/1916, p. 3. Agradeço o historiador Joseph Love pela indicação do documento.

<sup>17</sup> O oficial Luis Alves de Oliveira Bello escreveu que Dias Martins morou por um tempo na Guiana francesa, mas que teria falecido no Rio e era alcóolatra. Cf: BELLO (apud MOREL, 2009, p. 342).

<sup>18</sup> De acordo com AN, “Cópia da caderneta subsidiária do livro de socorros pertencente ao Marinheiro Nacional Manoel Gregório do Nascimento”. In: AN, Supremo Tribunal Militar, Processo “João Cândido e Outros”, f. 675-680.

**Figura 8-** Busto Gregório do Nascimento



**Fonte:** *Careta*, 03/12/1910

Ao lado dessas três celebridades da revolta de 1910 – os três comandantes dos principais navios –, compareceram ao processo do Tribunal Militar de 1912 outros marujos menos conhecidos, como Deusdedit Teles de Andrade, cujo nome não foi citado por João Cândido em sua longa lista de “oficiais rebeldes” publicada na *Gazeta de Notícias* em 1913. No entanto, esse marujo mostrou-se solidário com os colegas e sabia ler e escrever, tendo sido promovido a cabo 5 meses antes do levante<sup>19</sup>. Uma carta sua destinada a um “amigo do *Bahia*”, provavelmente a Dias Martins, datada do dia 29 de novembro, apreendida pelas autoridades e anexa ao processo, dizia:

Amigo, [...] estou muito (triste) por não ajudar-vos em (tão) arriscada empresa (sic) mas (não) faltará tempo. Amigo o (fato) de não poder te ajudar foi que eu estava de licença no dia e só me apresentei no dia 28, e eu não queria pegar em (armas) contra meus companheiros [...] fui preso por um reforço do exército quando tentava ir para o 'Bahia' no dia 23 mas tive a felicidade de fugir [...]. Não foi possível. Nada mais tenho a dizer somente que tenho vontade de te render o .. 'Bahia' se tu quiseres. Aceite um abraço deste amigo, Deusdedit. Viva ao irmão que abraça a liberdade cujo (chefe) acha-se a bordo do Bahia'. [...] Viva a guarnição do 'Bahia', cujo nome aclama a população tranquila do Rio de Janeiro.” (AN, Supremo Tribunal Militar, Processo “João Cândido e Outros”, f. 565/12).

Segundo Edmar Morel, Deusdedit Telles de Andrade era um “jovem marujo, claro, grande, muito simpático” (MOREL, 2009, p. 216). Encontrei a sua ficha de identificação no GIM, que registrava que tinha 18 anos em 1908, era originário de Pernambuco, órfão por parte de mãe, tinha instrução rudimentar, 1,67 m de altura e cor

---

<sup>19</sup> AN, “Cópia da caderneta subsidiária do livro de socorros pertencente ao Marinheiro Nacional Deusdedit Telles de Andrade”. In: AN, Supremo Tribunal Militar, Processo “João Cândido e Outros”, f. 360-367.

branca<sup>20</sup>. Sua caderneta subsidiária registrava que tinha entrado na marinha como grumete em 1907 e promovido em dois meses a segunda classe. Recebeu uma série de elogios por bom comportamento, mas foi punido em setembro de 1909 a dois dias de solitária a pão e água por ter sido visto “jogando cartas e apostando dinheiro” a bordo do *Tamandaré*. Em outubro do mesmo ano, foi punido da mesma forma por ter sido encontrado jogando dados. Foi enviado a Newcastle para embarcar no *Bahia*. Não foi expulso da Marinha depois das revoltas de 1910, mas em janeiro de 1911, depois de um período de bom comportamento, foi punido com 24 horas de solitária “por não ter se levantado quando um sargento passou à sua frente e ter acendido de forma desrespeitosa um cigarro”. O conselho de guerra pediu sua prisão em 1911 para averiguar a sua participação na revolta de dezembro de 1910 e ele foi absolvido em 1912 junto com os 9 colegas. Não sabemos mais nada de sua vida após essa data.

Temos poucas informações sobre os imediatos rebeldes do *São Paulo* e do *Bahia*, neste caso, Ricardo de Freitas. Segundo Morel (2009, p. 74), Ricardo de Freitas teria dividido o comando da rebelião nesse navio com Dias Martins e estava presente na viagem ao Chile. Era inteligente, corajoso e apreciado por toda tripulação. Para Hélio Leôncio Martins (1988, p. 75), ele teria sido o autor do manifesto dos marinheiros. Era provavelmente radiotelegrafista, caboclo ou mestiço e jovem em 1910, como podemos ver pela imagem dos marinheiros do *Bahia* que tem Dias Martins ao centro carregando uma bandeirola em torno do pescoço com os dizeres “Ordem e Liberdade”. Ricardo de Freitas seria o marujo um pouco à frente, à direita, segurando um binóculo na mão direita:

**Figura 9-** Tripulação



**Fonte:** *O Malho*, n. 430, p. 61, 03/12/1910.

<sup>20</sup> GIM, MN, L3, 1908, ficha 676.

Já o imediato do *São Paulo*, André Avelino de Santana, que vimos numa imagem acima publicada no *Correio da Manhã* em 28 de novembro de 1910, não se apresentou ao Processo de 1912 – que o indicava como excluído. Edmar Morel escreveu que Avelino fugiu depois da revolta para o Nordeste e que morreu na miséria (MOREL, 2009, p. 211). Outros relatos, na maioria produzidos por oficiais da Marinha, salientavam sua personalidade agressiva e o fato de que pertencia ao grupo de “conegãos” ou “gorgotas”, quer dizer, no jargão dos oficiais, ao conjunto de marinheiros mais velhos, que estabeleciam relações de proteção e de pederastia (BELLO apud MOREL, 2009; MARTINS, 1988).

Eu encontrei um processo do Supremo Tribunal Militar de 1908 no qual André Avelino de Santana era acusado de tentativa de homicídio e de lesão corporal contra um músico do Corpo de Marinheiros Nacionais<sup>21</sup>. Graças a esse documento, podemos retratar outros elementos da identidade desse marinheiro. Segundo sua declaração, ele nasceu na Bahia e tinha 23 anos (em 1908). Sua caderneta subsidiária (também anexa ao processo) dizia que ele tinha entrado para a Marinha em 1901, era órfão e de cor parda. De acordo com o processo, era acusado de ter agredido e tentado matar um colega porque este tinha descido a terra com um outro amigo. Mas, na sua defesa, Avelino alega que xingou o camarada porque ele o teria ridicularizado enquanto estava preso e fazia faxina. Avelino foi absolvido por falta de provas. Ele não assinou seu testemunho porque, segundo o promotor, não sabia escrever o próprio nome.

A caderneta subsidiária de Avelino registra que ele se alistou aos 15 anos, fez várias viagens nacionais e internacionais e recebeu elogios e gratificações por bom comportamento. Em 1906, ele foi preso pela primeira vez, acusado de roubo. Absolvido pelo Tribunal Militar em 1908, ele respondeu ao segundo processo, relatado acima, por lesão corporal. Sua promoção a cabo devia datar de período posterior a 1908. Porém, assim como outros marujos, submeteu-se durante a revolta a uma autoridade de patente inferior: Manuel Gregório do Nascimento, “comandante” do *São Paulo*, apenas primeira classe.

### **Um Antigo Novo Líder: a História de Adalberto Ferreira Ribas**

Recentemente, tive a oportunidade de conhecer, junto com Marco Morel, um pouco mais da história de um outro “oficial rebelde” da revolta dos marinheiros. Trata-se do primeira classe Adalberto Ferreira Ribas<sup>22</sup>, citado por João Cândido como um dos

---

<sup>21</sup> AN, Supremo Tribunal Militar. Conselho de Guerra: Cabo de Esquadra André Avelino de Sant’anna, 1908, BW 2664.

<sup>22</sup> Entrevista feita em 12 de setembro de 2009. Ver também: Almeida e Morel (2010).

oficiais de artilharia do scout *Bahia*<sup>23</sup>. Seu nome aparece arrolado na lista dos réus convocados pelo Tribunal Militar, mas ele não compareceu ao julgamento. Constava como excluído da Marinha e os oficiais suspeitavam, erroneamente, que estivesse nos Estados Unidos. Anexa ao processo, havia também a correspondência trocada entre Ribas e um amigo, que o agradecia pelo cartão postal e falava da sua participação na revolta.

De acordo com sua certidão de casamento, Adalberto Ribas nasceu no dia 23 de abril de 1891 em Monte Alegre, no Estado da Bahia, e se casou com Laudelina Motta - nascida em 1904 - no dia 15 de dezembro de 1921 em Estância, Sergipe<sup>24</sup>. Pudemos entrevistar dois de seus oito filhos em setembro de 2009, Valério Ferreira Ribas, de 65 anos, e Adaléia Ribas Barbosa, de 80 anos na época do testemunho. Segundo eles, Adalberto Ferreira Ribas era o segundo filho de um monarquista que tinha servido durante a guerra do Paraguai. O pai de Ribas tinha posses, mas dizia ter perdido tudo com a chegada da República e a abolição da escravidão, em suas palavras, “para escravos e republicanos”. Mas Adalberto não chegou a conhecer o pai. Sua mãe, sem meios para criá-lo, enviou-o para ser educado num seminário por padres franceses e italianos. Ribas teria entrado na escola de aprendizes marinheiros de Salvador quando tinha entre 12 e 14 anos, como forma de fugir ao seminário.

Adalberto Ribas contava a seus filhos que ele nunca apanhou na Marinha, apesar de seus colegas apanharem. Sobre a chibata, ele contava que, servindo no *Bahia* durante a viagem ao Chile para o centenário da independência desse país em setembro de 1910, um colega foi castigado diante da tripulação, como era de praxe, com vários golpes de chibata. No entanto, o espetáculo não saiu como queriam os oficiais, pois a cada chibatada, a tripulação dos navios estrangeiros vaiava em coro.

Ele contava também que a maior parte dos marinheiros eram analfabetos, enquanto ele sabia ler, escrever e falar francês. Adalberto Ribas, segundo seus filhos, era alto, “mas não tão alto quanto João Cândido”, moreno, mas de cor clara ou branca, de olhos verdes ou azuis.

No Serviço de Identificação da Marinha, encontrei a ficha de Beda Ferreira Ribas, irmão um pouco mais velho de Adalberto. Ele tinha 18 anos em 1908, era originário da Bahia, tinha instrução rudimentar, 1,61m, era de cor branca e tinha os olhos castanhos claros e um buço. Uma nota em sua ficha nos permite saber que Beda foi promovido a oficial inferior e que, como contam os filhos de Adalberto, tornou-se mais tarde oficial da aeronáutica. Já Adalberto, por ter participado da revolta dos marinheiros, foi

---

<sup>23</sup> “Memórias de João Cândido...” *Gazeta de Notícias*, 07/01/1913.

<sup>24</sup> Arquivo privado da família Ribas, Certidão de casamento Adalberto Ferreira Ribas e Laudelina Motta, 15/12/1921.

excluído da Marinha e sempre optou por esconder sua participação na revolta dos marinheiros, para evitar problemas de toda ordem com a polícia e com as autoridades navais e militares.

Adalberto Ribas tinha 19 anos em novembro de 1910. De acordo com seus filhos, era timoneiro e radiografista na Marinha. Segundo o processo de 1912, Ribas ficou encarregado, em novembro de 1910, de recolher o dinheiro junto a seus colegas para pagar o funeral das duas crianças mortas no Morro do Castelo pelos únicos dois tiros de canhão verdadeiros lançados na noite de 22 de novembro. Porém, a sua participação no levante pode ser bem mais importante do que a de oficial de artilharia no *Bahia*. Seus filhos contam que escutavam a mãe chamar o marido de “Mão negra, mão negra” quando os dois se desentendiam. Assim, ele seria supostamente o redator de boa parte das comunicações escritas pelos marinheiros, como do bilhete que alertava os oficiais do *Bahia* em viagem ao Chile sobre a possibilidade de revolta caso não abolissem a chibata – que era assinado justamente por “Mão negra” (MOREL, 2009; MARTINS, 1988) – e do próprio manifesto dos marinheiros.

De fato, Ribas, após seu desligamento da Marinha, teria se tornado professor primário, como consta na sua certidão de casamento. Ele tinha boa instrução e boa caligrafia e, nos anos 1960, quando viu a publicação do manifesto em uma revista, contou aos filhos que tinha escrito o documento. Ribas faleceu em 1963 e, assim como João Cândido – que faleceu em 1969 – e muitos outros militares e ex-militares de seu tempo, pertenceu ao integralismo nos anos 1930.

A dúvida quanto ao autor do manifesto retorna à tona. O documento, que foi revelado ao grande público pela primeira vez com a publicação do livro de Edmar Morel, parece ter sido preparado com antecedência pois era bem redigido e caligrafado, apresentava várias demandas objetivas – fim dos castigos corporais, aumento do soldo, substituição dos oficiais tidos como incompetentes, melhoria no nível de educação de alguns marujos – e resumia, de forma pensada, o espírito central dos marinheiros, que se apresentavam como “cidadãos brasileiros e republicanos” que não “suportavam mais a escravidão na Marinha”. Quanto aos aspectos materiais do texto, tudo indica que foi escrito – ou redigido – por alguém que dominava a caligrafia e tinha bela escritura.

Como vimos, Edmar Morel apontava Dias Martins como autor do manifesto, enquanto o vice-almirante Hélio Leôncio Martins acreditava que ele seria obra do radiotelegrafista Ricardo de Freitas. Adalberto também era telegrafista e, assim como os dois colegas, servia no *Bahia*. Interessante constatar que o manifesto indicava originar-se “a bordo do encouraçado *São Paulo*”, um navio mais poderoso, o que atesta mais uma vez que tenha sido escrito de antemão e não no calor dos acontecimentos. Uma comparação da caligrafia de Ribas fornecida pelos filhos com a do documento de

1910 nos permite reconhecer muitos traços de semelhança entre as duas escritas, mesmo que não possamos assegurar com certeza tratar-se de um mesmo redator, devido à distância do tempo entre elas, mais de 40 anos (ALMEIDA; MOREL, 2010). Além disso, independente de sua identidade, não se pode garantir que o redator do documento seja o autor do seu conteúdo. Ao contrário, essas múltiplas possibilidades e a natureza própria do documento, bem como o fato de os marinheiros terem se encontrado durante meses ou anos para organizar o levante nos “comitês rebeldes”<sup>25</sup>, apontam para a probabilidade de que o manifesto seja um documento de autoria coletiva, assinado pelo grupo de “marinheiros nacionais” que se rebelaram. Essa pluralidade de autores possíveis e prováveis confirma uma outra evidência: a presença e a importância da linguagem escrita – mesmo que em diferentes níveis de apreensão – na organização da revolta. Lembremos aqui das diversas cartas detidas e anexas ao processo de 1912, do papel da imprensa durante e depois do levante com relação ao posicionamento de seus líderes, das inúmeras circulares e radiogramas citados e reproduzidos em diferentes meios de autoria dos marujos (ALMEIDA, 2009; MOREL, 2009: introdução do organizador ao anexo I). Mesmo que a maioria não soubesse ler e escrever, havia muitos que eram alfabetizados em diferentes níveis e isso permitiu que as ideias do levante circulassem de várias maneiras e se condensassem em um suporte concreto, marcando referências comuns e possibilitando que fossem compartilhados sentimentos próprios a suas vivências e anseios como marinheiros nacionais.

### **Algumas Considerações Finais: por uma Biografia Coletiva dos Marujos de 1910**

À guisa de conclusão, gostaria de dizer que a análise aqui apresentada não é uma prosopografia propriamente dita, pela dificuldade em encontrar documentos que me permitissem fazer um estudo mais completo do gênero. No entanto, este trabalho sobre as identidades coletivas e algumas trajetórias individuais aqui apresentado nos possibilita chegar a conclusões bem próximas às de um estudo prosopográfico. Nos moldes propostos por Tânia Bessone Ferreira (2002), busquei conhecer melhor um movimento, um grupo, uma organização a partir e através de seus membros.

Olhar de perto o perfil coletivo e os históricos dos indivíduos nos ajuda também a “dessacralizar” ou “desmitificar” construções, a desfazer “idealizações” ou “demonizações” concretizadas em torno dos chamados “personagens históricos”. Eles se tornam mais humanos, mais carnis e muitas vezes diferentes do que imaginávamos,

---

<sup>25</sup> Ver, sobre os comitês rebeldes, o testemunho de João Cândido ao MIS em 1968 (MIS, 1999) e o relato atribuído ao marujo publicado na *Gazeta de Notícias* em 1913.



mas, nem por isso, menos “heroicos” e importantes como atores e agentes de seu tempo histórico.

Este ensaio de estudo das lideranças e dos marujos de forma tanto individual quanto coletiva – na corporação de Marinheiros Nacionais e em seus corpos singulares – pretende também fornecer pistas para se pensar tanto as generalizações e tipos ideais dos rebeldes, quanto as experiências e trajetórias particulares dos marujos à época do levante de 1910.

## Referências

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 147-169, jan.-jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *'Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains': identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910*. 2009. 579p. Tese (Doutorado em História) - EHESS, Paris, 2009.

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de; MOREL, Marco. O Almirante Branco. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 53, p. 36-40, fev. 2010.

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada nacional, 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

BELLO, Luis Alves de Oliveira. Versão oficial. In: MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. Organização de Marco Morel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 336-337.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Promulga o Código Penal. Brasília, 1890.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatórios dos Ministros da Marinha (RMM)*. Brasília, 1900-1911.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. O marinheiro bordador. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 9, p. 28, abr., 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

DIAS, Arthur. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 10., Rio de Janeiro. *História e biografias*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso* [1959]. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A democracia racial negra nos anos 1940. In: INSTITUTE OF THE STUDIES OF AMERICA. *Culture and state in lusophone Black Atlantic*. Londres, 2007.

LACASSAGNE, Alexandre. L'enquête d'Alexandre Lacassagne (1881): Classification des dessins de tatouages. Du tatouage chez les criminels. In: ARTIERES, Philippe (Org.). *À Fleur de Peau: médecins, tatouages et tatoués, 1880-1910*. Paris: Editions Allia, 2004.

LIMA, Ivana Stolze de. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros, 1910*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. *João Cândido, o almirante negro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 301-302.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* [1908]. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOHN, Anne-Marie. *Sois un homme! La construction de la masculinité au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Seuil, 2009.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Um oficial da Marinha. In: \_\_\_\_\_. *Política versus Marinha*. Paris, 1911.